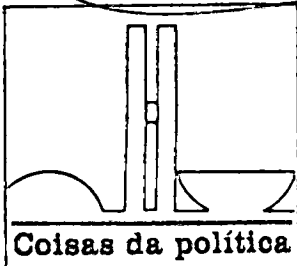


Hora do Congresso acertar o passo

25 JUL 1985

Villas-Bôas Corrêa

DAQUI a mais uma semana, o Congresso voltará a funcionar, sacudindo a lombeira de um mês de recesso parlamentar. Pois a hora parece a mais oportuna para uma análise, um tanto inclinada para o pessimismo, sobre as alterações que se operaram durante esses dias de férias de senadores e deputados, com uma profunda modificação no quadro político.



Coisas da política

Antes de mais nada, convém refrescar a memória sobre os esquecidos de ontem. Pois o Congresso — lembram-se? — fechou as portas num instante desastrado, sob a maciça desaprovação nacional. O episódio grotesco dos deputados fotografados votando duplamente, pilhados em plena prática da fraude mais descarada, gravou uma mancha feia e suja na reputação do Congresso. Nem ficou limitada à Câmara pois que, gaguejando desculpas, os surpreendidos em plena mágica da duplicação do voto alegaram que a prática é usual e não se circunscreve a uma simples travessura de deputados pois é também um vício cultivado, em surdina, pelos senadores com mais larga experiência de vida.

Todo o enredo é uma vergonha, passando pelo ridículo da punição indulgente, um simples pito, até a solução encontrada, que é de um constrangimento de arrear: os deputados, de agora por diante, para exercerem o direito de voto na giringonça eletrônica, ficarão com as duas mãos ocupadas. Uma, pressionando o botão que registra o voto, outra acionando uma chave instalada debaixo da mesa individual e que libera a engrenagem. Francamente, não se inventaria nada mais adequado para o controle de presidiários de alta periculosidade. Sim, porque um detido comum certamente que protestaria contra a suspeição infamante e indiscriminada.

A recordação de instantes penosos no Congresso da Nova República não é um gesto gratuito, como quem revolve cinzas para castigar a alma com a lembrança do incêndio.

Apenas aqui se busca assinalar um dado político que é importante e grave: o Legislativo necessita encontrar o seu espaço no processo de renovação do regime. Ele é insubstituível e, funcionando mal, arruina todo o esforço de reconstrução nacional.

Ora, é só dar tratos à bola para compor a avaliação de que o Congresso está perdendo pontos na estima do povo, decaindo no conceito do país. Quem duvidar que consulte os resultados significativos das pesquisas recentes ou encomende outra, depois do refresco de quase um mês de recato.

Quando o destino lavrou a sua sentença e puniu Tancredo Neves, impedindo-o de empossar-se na Presidência, a tensão e a insegurança do Presidente José Sarney, a sua notória carência de legitimidade impeliram-no a buscar no Congresso

a escora para um governo que balançava aos ventos da interinidade inesperada. O Congresso viveu aí e nas angústias de logo depois de 21 de abril instantes de afirmação. Então, fulgia como o poder de indiscutível autenticidade respaldado no voto.

Pois hoje, no espaço de dois meses ou pouco mais, o quadro não apenas se alterou, mas inverteu-se. Não precisa de muita argúcia para enxergar evidências. Enquanto o Presidente José Sarney vai consolidando o governo e encontrando a postura correta, o Congresso escorrega para a marginalização, deslizando para fora do quadro das decisões.

Depois, vale a pena atentar para o que está vindo pelo caminho. As eleições municipais de 15 de novembro com toda a certeza não ajudaram em nada o Governo até aqui. Elas caracterizam o erro típico de um Presidente que hesitava e o açodamento do Congresso pulsando na cadência dos seus interesses imediatos. Mas, se o Governo está purgando o amargo castigo de assistir, impotente, à dilaceração da Aliança Democrática, a hora pior para ele já passou. Quer dizer: o mal está feito nos Estados onde o PMDB e o PFL se engalfinham na luta pela eleição do prefeito da Capital. Isso não tem mais conserto. Só que a campanha deverá começar a pegar fogo nos próximos meses, especialmente com os debates entre os candidatos pela televisão e o rádio. É a hora do governo assistir do seu camarote a uma briga na qual ele não tem por que meter o bedelho.

Se o truque armado por Tancredo não deu inteiramente certo, sempre vai sobrar alguma folga para os costados do governo.

Mas o Congresso também esvaziou boa parte da sedução da Constituinte como um tema de mobilização popular, antecipando-se nos mutirões estouvados, quando aprovou tudo que passou pela frente com cheiro de abertura, de liberalização do regime. Demos, sem dúvida, alguns saltos significativos. E também cometemos muitas bobagens. O pluripartidarismo abagunçado, sem freios e nem regras, está dando nisto que está aí: uma chusma de siglas de circunstância, sem qualquer apelo, muitas já deixando claro que a serventia a que se destinam é de albergue, a preços módicos, de candidaturas endinheiradas. Uma delas até colocou anúncio nos jornais. Na seção do "Oferece-se"...

Nada também justifica que não se tenha aplicado às eleições municipais a regra de ouro de exigência da maioria absoluta adotada para a eleição presidencial direta.

Dia 1º de agosto, quando se reencontrarem num clima abafado pelas recordações incômodas, senadores e deputados bem que deveriam ganhar uns minutos numa amadurecida reflexão.

O país está mudando e muito depressa. O Presidente Sarney já não é um órfão que precise da adoção do Congresso. Conta, agora, com apoio popular crescente, em índices muito acima da maioria, fechou um acordo com os governadores e anunciou um projeto de governo. O Congresso tem que acertar o passo com o tempo ou acabará tropeçando nos calcanhares.